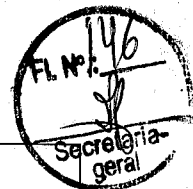




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO:	COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICA, CERTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO FLORESTAL	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	SIGLA: ICIAG	
CH TOTAL TEÓRICA: 30	CH TOTAL PRÁTICA: 15	CH TOTAL: 45

OBJETIVOS

Analisar criticamente a legislação pertinente às áreas de atuação do Engenheiro Florestal; entender os conceitos e mecanismos da política florestal brasileira, permitindo aos alunos compreender seus impactos no setor e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do país. Prover os meios para aumentar os conhecimentos dos alunos sobre os processos florestais de certificação e de normatização ambiental.

EMENTA

Introdução à política e legislação florestal. As funções das florestas e as características da atividade florestal. Definições sobre termos jurídicos. Meio ambiente e a Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Meio Ambiente. Lei de Crimes Ambientais. Código Florestal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política Nacional de Recursos Hídricos. Legislação relacionada ao uso do fogo. Impactos Ambientais. Fauna Silvestre. Educação e Interpretação Ambiental. Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Responsabilidade social e ambiental. Histórico e situação atual da certificação ambiental e florestal. Principais conceitos e mecanismos da certificação florestal e ambiental. Princípios e critérios. Metodologia para a certificação. Laudos técnicos, perícias e auditoria de empreendimentos florestais. Estudos de casos.

PROGRAMA

Introdução à política e legislação ambiental. Definição. Objetivos. Evolução histórica da Legislação Ambiental. Interdisciplinaridade da Matéria. Meio ambiente na constituição federal de 1988. Desenvolvimento Sustentável. Princípios de Direito Ambiental. Estado federal e sistema de repartição de competências. Federalismo. Estado Federal. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Gestão Ambiental e as Políticas Urbanas. Gestão Ambiental e a Política Agrícola. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Incentivos na Política Nacional do meio Ambiente. Política nacional de recursos hídricos. Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Gestão Ambiental e a Política das Águas. Política estadual de meio ambiente. Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente. Conselho Estadual do Meio Ambiente. Código Estadual do Meio Ambiente. política estadual de recursos hídricos. Sistema estadual de recursos hídricos. Instrumentos da política de recursos

hídricos. Legislação. Florestal. Recursos Hídricos. Resíduos Sólidos. Mineração. Fauna. Agrotóxicos. Parcelamento de Solo. Agrária. Crimes Ambientais. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade Administrativa. Responsabilidade Criminal. Responsabilidade Civil. Meios Processuais de Proteção do Meio Ambiente. Ações Penais. Ações Cíveis. O município e o meio ambiente. Gestão Ambiental Municipal. Instrumentos para a Gestão. Licenciamento Ambiental. Legislação trabalhista. Trabalhador rural. Legislação profissional. Regulamentação da profissão de Engenheiro Florestal. Atribuições profissionais. Ética profissional. A certificação florestal. Basicamente, com relação à certificação, serão apresentados os seguintes tópicos: Introdução à certificação da sustentabilidade de planos de manejo florestal - conceitos e terminologia; Auditoria e auditores - tarefas e qualificações; Técnicas de auditoria - entrevistas, definição de escopo, registro de notas; Procedimentos de auditoria - planejamento de atividades, condução dos levantamentos, avaliação e redação de relatórios; Análise dos padrões definidos pela FSC; Consulta a todas as partes envolvidas - importância; Redação de relatórios. Série ISO 14000. Estudos de caso também serão analisados para compreender melhor o processo de certificação florestal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
_____. **Federalismo e competências ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
COELHO, A.B., TEIXEIRA, E.C., BRAGA, M.J. **Recursos naturais e crescimento econômico**. Viçosa: UFV, 2008.
ANGELO, H. **Comércio de madeiras tropicais: subsídios para a sustentabilidade das florestas no Brasil**. Brasília: MMA, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, P. B. **Política nacional do meio ambiente – PNMA: comentários a Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
ENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
LIMA, A. **Zoneamento ecológico-econômico: a luz dos direitos socioambientais**. Curitiba: Jurua, 2006.
MAGALHAES, J. P. **Comentários ao código florestal: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2006.

APROVAÇÃO

Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

05 08 2014

Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica
(que oferece o componente curricular)
Prof. Beno Wendling
Diretor do Instituto de Ciências Agrárias
Portaria Nº 562/13